



SIMULADO ESPECIAL

TJ BA

Analista Judiciário - Área Administrativa
Técnico de Nível Superior - Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA (Analista Judiciário - Área Administrativa - Técnico de nível Superior)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ CE Técnico Judiciário (Área Administrativa - Técnico de nível Superior);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-06-05>

| | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 13 - ABCDE | 25 - ABCDE | 37 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 14 - ABCDE | 26 - ABCDE | 38 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 15 - ABCDE | 27 - ABCDE | 39 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 16 - ABCDE | 28 - ABCDE | 40 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 17 - ABCDE | 29 - ABCDE | 41 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 18 - ABCDE | 30 - ABCDE | 42 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 19 - ABCDE | 31 - ABCDE | 43 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 20 - ABCDE | 32 - ABCDE | 44 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 21 - ABCDE | 33 - ABCDE | 45 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 22 - ABCDE | 34 - ABCDE | 46 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 23 - ABCDE | 35 - ABCDE | 47 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 24 - ABCDE | 36 - ABCDE | 48 - ABCDE | 60 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO**

O PRIMEIRO... problema que as árvores parecem propor-nos é o de nos conformarmos com a sua mudez. Desejaríamos que falassem, como falam os animais, como falamos nós mesmos. Entretanto, elas e as pedras reservam-se o privilégio do silêncio, num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudar. Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta, fundada que está na linguagem articulada, no jogo de transmissão do mais íntimo pelo mais coletivo. Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, a que os humanos só atingem por alguns instantes e através da tragédia clássica. Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe nossa intemperança. Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo. Ele pende, lápis ou óleo, de nossa parede, mas esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados. Capturamos a natureza das árvores. O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parece vagamente aborrecê-la, e certas árvores de Van Gogh, na sua crispação, têm algo de protesto. De resto, o homem vai renunciando a esse processo de captura da árvore através da arte. Uma revista de vanguarda reúne algumas dessas representações, desde uma tapeçaria persa do século IV, onde aparece a palmeira heráldica, até Chirico, o criador da árvore genealógica do sonho, e dá a tudo isso o título: Decadência da Árvore. Vemos através desse documentário que num Claude Lorrain da Pinacoteca de Munique, Paisagem com Caça, a árvore colossal domina todo o quadro, e a confusão de homens, cães e animal acuado constitui um incidente mínimo, decorativo. Já em Picasso a árvore se torna raríssima, e a aventura humana seduz mais o pintor do que o fundo natural em que

ela se desenvolve. O que será talvez um traço da arte moderna, assinalado por Apollinaire, ao escrever: "Os pintores, se ainda observam a natureza, já não a imitam, evitando cuidadosamente a reprodução de cenas naturais observadas ou reconstituídas pelo estudo... Se o fim da pintura continua a ser, como sempre foi, o prazer dos olhos, hoje pedimos ao amador que procure tirar dela um prazer diferente do proporcionado pelo espetáculo das coisas naturais". Renunciamos assim às árvores, ou nos permitimos fabricá-las à feição dos nossos sonhos, que elas, polidamente, se permitem ignorar.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. "A árvore e o homem", em Passeios na Ilha, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 7-8)

01. De acordo com o autor do texto,

- a) É privilégio do ser humano a capacidade de comunicação.
- b) Em Picasso, por ser rara, a natureza se evidencia como o essencial de sua arte
- c) O ser humano domestica a natureza ao categorizá-la como arte.
- d) Diferentemente dos animais, as árvores são incapazes de se comunicar.
- e) O compartilhamento de intimidade na socialização parece indiscreto às árvores.

02. Depreende-se dos três últimos períodos do texto que:

- a) O amador é aquele incapaz de atrair o desejo para o natural.
- b) Uma crítica aos artistas modernos.
- c) A cópia do natural já não encontra mais espaço na arte, cabendo apenas a interpretação do artista.
- d) Quadros que retratam árvores ficaram no passado.
- e) O fim da pintura enquanto arte está próximo.

03. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Capturamos a natureza das árvores*, obtém-se a forma verbal

- a) são capturadas
- b) é capturada
- c) foram capturadas
- d) tem sido capturada
- e) será capturada

04. “Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social”

Como recurso de coesão, pode-se substituir os elementos sublinhados por:

- a) guardá-lo / procuram-nas
- b) guardar-lo / procuram elas
- c) guardar-lhe / procuram-nas
- d) guardá-lo / procuram elas
- e) guardá-lhe / procuram-nas

05. Está inadequado o emprego do verbo **propor** na frase:

- a) O poeta ficará surpreso se as árvores lhe proporem algum problema;
- b) O poeta não acredita que as árvores lhe proponham algum problema;
- c) O poeta não acreditava que as árvores lhe propusessem algum problema;
- d) O poeta ficava surpreso quando as árvores lhe propunham algum problema;
- e) O poeta fica surpreso quando as árvores lhe propõem algum problema.

06. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não ocorrerão investigação satisfatória sem a análise das minúcias e sem o depoimento das testemunhas.
- b) A beleza fugaz da natureza invadida pelo homem não condizem com as releituras artísticas já feitas.
- c) O que importam nessas estreias são os diferentes públicos que prestigiam.
- d) A determinação de um povo e a coragem de seu líder mostram-se capazes de romper barreiras.
- e) Torcemos para que hajam conquistas relevantes para as duas equipes.

07. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os termos com que discordaram os gerentes será revisto.
- b) Os funcionários aos quais apontou como suspeitos estão em observação.
- c) Os alunos de cujos feitos nos orgulhamos foram bem classificados no concurso.
- d) O conto o qual não se lembravam foi o vitorioso na mostra artística.
- e) O júri no qual fazemos parte será recompensado pelo serviço prestado.

08. “Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo”.

Os pronomes destacados no trecho acima fazem referência:

- a) às árvores
- b) ao tronco
- c) ao jogo de transmissão
- d) ao coletivo
- e) ao fumo

09. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em “Não importa o grau de consciência política **que** o indivíduo possui” com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) “É fácil de constatar que as ideias...”
- b) “conseguir que cada indivíduo se torne autônomo”
- c) “quanto as que terão consequências coletivas”
- d) É o caminho que devemos construir
- e) “...preocupações que atormentam o homem...”

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicador de crase é obrigatório na palavra destacada em:

- a) **Aqueles** que me incentivaram devo o meu agradecimento.
- b) O aquecimento global agravou **a** situação climática de todos os países.
- c) Em relação **a** compras no cartão, ninguém conseguia se organizar.
- d) Encontraram **aqueles** que se diziam heróis.
- e) Os jovens soldados deviam obediência **a** superiores na hierarquia.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Suponha que, em um setor do TJ BA, 60% dos servidores usam relógio. Considerando que, do total de servidores, 60% são do sexo masculino e, destes, 40% usam relógio, a porcentagem de servidores do sexo feminino que usam relógio com relação ao total de servidores do setor é:

- a) 24%
- b) 28%
- c) 32%
- d) 36%
- e) 38%

12. Considere que X é o produto $3498356816 \times 3251334248$. O resto da divisão de X por 5 é igual a:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

13. Se Marcos é engenheiro, então João é carpinteiro. Se Leonardo é concurseiro, então João não é carpinteiro. Se Leonardo não é concurseiro, então Natan é fazendeiro. Sabe-se que Natan não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é concurseiro ou Marcos é engenheiro
- b) Marcos é engenheiro ou João é carpinteiro.
- c) João é carpinteiro e Natan não é fazendeiro.
- d) Marcos não é engenheiro e Leonardo não é concurseiro.
- e) João não é carpinteiro e Leonardo não é concurseiro.

14. Observe a sequência a seguir:

$$\frac{1}{2023}; \frac{3}{2022}; \frac{9}{2019}; \frac{27}{2010}; \frac{81}{1983}; \dots$$

Mantendo-se o padrão da sequência, considere que X é a primeira fração maior do que 1. O valor de $X - 1$ é:

- a) $\frac{45}{490}$
- b) $\frac{750}{685}$
- c) $\frac{684}{850}$
- d) $\frac{1257}{930}$
- e) $\frac{1280}{1659}$

15. Corujêncio, renomado professor de estatística, estudou uma amostra relativa a notas obtidas por seus alunos em uma prova.

A amostra, composta por cinco notas, é a seguinte: 5, 10, 6, 4 e 5.

A variância amostral das notas é igual a:

- a) 4,4
- b) 4,8
- c) 5,5
- d) 6,3
- e) 6,6

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, consoante a Lei n. 10.845/2007, julgue as questões a seguir.

- a) Cada comarca corresponderá a um Município.
- b) Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como distritos judiciários.
- c) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de Comarcas e Regiões Judiciárias.
- d) À instalação da Comarca precederá, pelo menos, o provimento de um cargo de Juiz, um de Escrivão, um de Tabelião, um de Oficial de Justiça Avaliador e dois de Escrevente de Cartório.
- e) As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final.

17. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de mais de

- a) 25.000 mil habitantes
- b) 35.000 mil habitantes
- c) 50.000 mil habitantes
- d) 55.000 mil habitantes
- e) 80.000 mil habitantes

18. São órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) Os Juízes de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado da Bahia, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Acerca das regras de eleição consubstanciadas no Regimento Interno, a eleição para Presidente do Tribunal será

- a) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- b) realizada em sessão convocada para a primeira sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- c) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de novembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- d) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de maioria absoluta membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- e) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, na primeira sexta-feira útil subsequente, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Analise a narrativa a seguir.

- I. Um grupo de vinte e sete Senadores subscreveu proposta de emenda constitucional;
- II. A proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;
- III. Parte do país foi atingida por calamidade natural de grande proporção nesse período;
- IV. A proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de dois terços dos respectivos membros;
- V. A proposta foi promulgada pelo Mesa do Congresso Nacional.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional os itens

- a) I, III e IV
- b) I, IV e V
- c) I e III
- d) III e IV
- e) II e V

22. Considere as seguintes normas do texto constitucional:

Art. 8º, inciso IV – “A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.

Art. 5º, inciso XXII – “É garantido o direito de propriedade”.

Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- a) Norma de eficácia contida, norma de eficácia plena e norma programática;
- b) Norma de eficácia limitada, norma de eficácia contida e norma de eficácia plena;
- c) Norma programática, norma de eficácia limitada e norma de eficácia contida;
- d) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio programático;
- e) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

23. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A respeito dos direitos políticos e do sistema democrático adotado no Brasil, é correto afirmar:

- a) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.
- b) A perda de direitos políticos só se dará no caso de condenação criminal.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São características do voto a personalidade, a obrigatoriedade, a liberdade, a publicidade e a periodicidade.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos e brasileiros maiores de 65 anos.

24. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

25. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

26. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.
- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.
- e) Nem todos os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade são legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade.

27. Diego é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2022, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Diego. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Diego ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Diego poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Diego não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

28. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

29. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

30. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

31. Em relação às características das entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) As Fundações Públicas de Direito Público dispõem de imunidade tributária e possuem o seu regime de pessoal celetista;
- b) O foro judicial da Sociedade de Economia Mista Federal, quando na condição de ré em ações judiciais, é a Justiça Estadual;
- c) Todos aqueles que possuem créditos a receber de autarquias deverão promover a cobrança no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de prescrição;
- d) Atualmente, caso as Empresas Públicas desejem realizar uma licitação, estarão proibidas de observar as regras da Lei n.º 14.133/21;
- e) Os bens das empresas públicas são considerados públicos, portanto, são considerados impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis.

32. A Secretaria Ambiental da Prefeitura de Salvador publicou uma portaria com vício de forma. Em seguida, editou ato administrativo concedendo licença e férias à servidora Laura, mesmo ela não tendo direito à licença. Mais tarde, a Secretaria publicou uma nova portaria, sem vício de forma, convalidando a anterior, e um novo ato administrativo, mantendo apenas a concessão das férias à servidora Laura.

No caso fictício em tela ocorreu

- a) ratificação em ambos os casos;
- b) conversão em ambos os casos;
- c) ratificação, no caso da portaria, e reforma, no caso do ato administrativo de concessão de férias;
- d) reforma em ambos os casos;
- e) reforma, no caso da portaria, e conversão, no caso do ato administrativo de concessão de férias.

33. O Estado da Bahia, por meio de licitação, contratou a empresa privada *Portti Construtora* para a edificação de uma ponte ligando o centro de lazer náutico *Bahia Marina* ao *Terminal Marítimo de Vera Cruz*. A empresa privada realizou modificações no orçamento da obra de engenharia, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a seu favor. Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o dano causado ao patrimônio do Estado da Bahia pode ser chamado de:

- a) sobrepreço;
- b) sobrelucro;
- c) super rendimento;
- d) reajustamento;
- e) superfaturamento.

34. A Lei Estadual da Bahia n.º X estabeleceu, em seu artigo 20, parágrafo único, que os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos em conformidade com as regras aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Em 04 de abril de 2023, o referido Órgão Especial publicou a Resolução nº Z, que trata da atuação de juízes suplentes no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado.

Em relação aos poderes administrativos, a resolução citada decorre do poder:

- a) de polícia;
- b) vinculado;
- c) disciplinar;
- d) normativo;
- e) regimental.

35. Doquinha e Coxinha são servidores públicos, sendo o primeiro chefe do segundo. Ambos participaram de um evento interno de boas práticas na Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia. Coxinha foi eleito o servidor que apresentou a melhor prática no evento. Doquinha, insatisfeito com o resultado, removeu Coxinha para uma cidade distante, com o objetivo de impedi-lo de participar futuramente de eventos similares. Neste caso, Doquinha:

- a) deveria ter obtido a aprovação da autoridade superior para realizar a remoção.
- b) agiu conforme suas competências legais e não praticou qualquer irregularidade.
- c) poderia ter efetuado a remoção, já que possui poder hierárquico para tal.
- d) só poderia ter realizado a remoção, com esse motivo, após a instauração de um processo administrativo.
- e) cometeu desvio de poder.

36. Bernardo, governador do Estado da Bahia, criou uma autarquia responsável pela execução dos trabalhos de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos. No entanto, após dois anos de funcionamento, o governador, por meio de decreto, redirecionou a atuação da entidade para uma finalidade diferente daquela prevista na lei, com o objetivo de facilitar para que outra empresa privada de limpeza, líder de mercado e ligada ao seu sogro, pudesse atuar no Estado.

Com base no caso fictício em tela, podemos concluir que:

- a) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da especialidade e da moralidade;
- b) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da motivação e da isonomia;
- c) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da legalidade e da igualdade;
- d) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da indisponibilidade;
- e) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da razoabilidade.

37. Cláudia Magalhães, prefeita de Salvador, é de família abastada ligada à empresa privada *Portti Construtora*, que já realizara diversas parcerias com o Estado da Bahia durante seus mais de 50 anos de atuação no mercado. Após surgirem indícios de que Cláudia cometeu atos de improbidade administrativa em seu segundo mandato como prefeita, referentes a licitações fraudulentas em obras pela capital, o cidadão Victor formulou representação contra a prefeita ao Ministério Público do Estado.

De acordo com a lei de improbidade administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92), qual das alternativas abaixo é correta?

- a) Victor, por ser cidadão, não tem legitimidade para representar o caso às autoridades competentes, tendo apenas o Ministério Público da Bahia o direito de abrir inquérito;
- b) para evitar a ocorrência de novos ilícitos, o Ministério Público da Bahia tem o poder de determinar o afastamento de Cláudia de suas funções, sem a preservação de sua remuneração;
- c) é proibida a decretação de indisponibilidade do bem de família de Cláudia, a não ser que seja comprovado que o imóvel adquirido é fruto de vantagem patrimonial indevida;
- d) se Cláudia vier a falecer e ficar comprovado que ela causou prejuízos ao erário, seus herdeiros serão responsáveis integralmente pelos danos causados.
- e) caso comprovado enriquecimento ilícito por parte de Cláudia, as suas cominações serão, dentre outras, perda de função pública e multa civil equivalente ao valor do dano.

38. Em relação ao controle da Administração Pública, é possível afirmar que as empresas públicas:

- a) estão sujeitas ao controle externo do Poder Judiciário somente após o esgotamento das possibilidades de resolução pela via administrativa;
- b) não estão submetidas a nenhum tipo de controle externo por parte dos Poderes Executivo ou Legislativo, contudo, podem ser controladas pelo Poder Judiciário, de acordo com o princípio da segurança jurídica;
- c) não estão sujeitas a nenhum tipo de controle externo, visto que não fazem parte da Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado;
- d) estão sujeitas ao controle externo do Poder Executivo ao qual estão subordinadas, porém, não estão sujeitas ao controle dos Poderes Legislativo ou Judiciário, em respeito ao princípio da separação dos poderes;
- e) estão sujeitas ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, o qual é auxiliado pelo Tribunal de Contas.

39. De acordo com a Lei Estadual n.º 12.209/2011, que trata do processo administrativo no Estado da Bahia, considere as seguintes assertivas.

- I. A interpretação da norma administrativa deve priorizar o cumprimento do objetivo público que se destina, permitindo a aplicação retroativa de uma nova interpretação para atos que já foram publicados, desde que isso garanta um melhor atendimento ao fim público;
- II. Se o requerente morrer durante o processo, os prazos processuais só terão início a partir da data em que o sucessor for intimado da decisão que reconhece sua legitimidade;
- III. É garantida, em todas as instâncias, a prioridade no andamento dos processos administrativos e na execução dos atos e diligências em que o requerente ou interveniente tiver setenta anos ou mais, conforme regulamentação específica;
- IV. A motivação da decisão, mesmo que tomada por órgão colegiado ou comissão, deve estar registrada em uma ata ou documento escrito que fará parte do próprio ato;
- V. Na ausência de disposição específica, as autoridades competentes e os envolvidos no processo devem realizar seus atos no prazo máximo de 5 dias.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I
- b) II e III
- c) II, III e V
- d) II e IV
- e) I, III e V

40. O regime jurídico administrativo se refere às peculiaridades do direito que se aplicam às relações entre o Estado e os cidadãos no exercício da função administrativa. Com base na doutrina tradicional, qual das alternativas abaixo representa uma característica do regime jurídico administrativo?

- a) A supremacia do interesse público sobre o interesse privado, permitindo que a Administração Pública atue de forma discricionária em todas as suas decisões.
- b) A Administração Pública deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas não está sujeita ao controle do Poder Judiciário.
- c) A existência de prerrogativas e restrições específicas para a Administração Pública, garantindo a observância do princípio da isonomia.
- d) A submissão da Administração Pública apenas às normas de Direito Público, excluindo-se a aplicação de normas de Direito Privado.
- e) A Administração Pública pode agir de acordo com sua conveniência e oportunidade, sem necessidade de fundamentar suas decisões.

41. Thales Oliveira, advogado que representa uma empresa pública estadual, recebeu um pedido de um dos diretores da empresa para emitir um parecer sobre a possibilidade de celebrar um contrato na área de fomento à indústria criativa. Com base na doutrina de Direito Administrativo, que trata da classificação dos atos administrativos quanto aos seus efeitos, o parecer subscrito pelo advogado tem natureza de ato administrativo:

- a) enunciativo, que se baseia em um julgamento de valor, mas que ainda depende de outros atos decisórios para ser efetivado;
- b) constitutivo, que tem o poder de modificar uma relação jurídica existente, seja criando novos direitos, alterando direitos existentes ou extinguindo direitos previamente estabelecidos;
- c) declaratório, que tem o poder de afetar uma relação jurídica ao declarar, modificar ou extinguir direitos;
- d) não autoexecutório, que não pode ser executado até que seja aprovado pela maioria dos membros da diretoria-geral;
- e) revogável, que se caracteriza por poder ser revogado somente pela autoridade solicitante, caso não concorde com seu conteúdo.

42. Assinale a alternativa correta sobre a descentralização por colaboração.

- a) ocorre quando a Administração Pública transfere a responsabilidade pela execução de um serviço público para uma pessoa jurídica de direito privado, por meio de um contrato ou de um ato administrativo unilateral;
- b) acontece quando é outorgada a outros órgãos funções da entidade administrativa específica, com o objetivo de aumentar a eficiência;
- c) ocorre quando uma lei específica transfere a titularidade de um serviço público para uma pessoa jurídica de direito público, sem que o cedente tenha influência sobre as atividades realizadas;
- d) acontece quando as organizações paraestatais firmam um acordo com a Administração Pública por meio de termo de cooperação e se tornam parte da administração indireta;
- e) acontece quando a Constituição confere a um ente específico a responsabilidade de exercer suas próprias atribuições de maneira autônoma em relação ao ente central.

43. A recente lei de licitações nº 14.133/21, sobre contratos administrativos, apresenta diferentes regimes de execução, também conhecidos como empreitadas. Assinale a alternativa correta que abrange todos os regimes previstos na nova lei.

- a) Empreitada por preço unitário; Empreitada integral; Empreitada por mão de obra especializada; Fornecimento e prestação de serviço associado.
- b) Contratação integrada; Empreitada por serviços especializados; Empreitada por serviços gerais; Contratação por serviço associado.
- c) Fornecimento de serviços intelectuais; Empreitada por mão de obra especializada; Contratação por hora; Contratação por serviço associado.
- d) Empreitada por preço unitário; Contratação por serviço associado; Empreitada por mão de obra especializada; Contratação integrada.
- e) Empreitada por preço unitário; Empreitada por preço global; Empreitada integral; Contratação por tarefa; Contratação integrada; Contratação semi-integrada; Fornecimento e prestação de serviço associado.

44. Gael, servidor municipal da Secretaria de Urbanismo de Salvador, realizava ação de vistoria no centro da cidade em estabelecimentos comerciais. Durante a inspeção, o servidor constatou que a Churrascaria *La Cabrera* desrespeitava o espaço mínimo para circulação de pedestres na calçada, devido à disposição de mesas e cadeiras que excediam 15 centímetros do estipulado na lei. Percebendo a infração, Gael e seus colegas fiscais autuaram o estabelecimento determinando a sua interdição e, por conseguinte, recolheram as mesas e cadeiras.

Considerando o caso fictício em tela, assinale a afirmativa correta.

- a) não é possível apresentar uma defesa na esfera administrativa ou judicial devido ao exercício legítimo da autotutela administrativa;
- b) pode-se apresentar impugnação na esfera administrativa ou judicial para discutir as restrições ao exercício do poder de polícia, tais como a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- c) não é cabível a apresentação de defesa na esfera administrativa ou judicial em relação ao poder de polícia, uma vez que esse poder é considerado imune a qualquer tipo de controle;
- d) pode-se oferecer impugnação administrativa ou judicial, uma vez que o poder de polícia exercido pela fiscalização municipal não possui a característica da autoexecutoriedade, ou seja, não pode ser executado sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- e) pode-se impugnar administrativa ou judicialmente, já que o exercício da autotutela administrativa só é possível após a garantia do contraditório e da ampla defesa.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

45. Na elaboração do planejamento estratégico de um órgão público, os responsáveis pela condução do trabalho estão na etapa conhecida por definição da visão. Assinale a opção que apresenta as características dessa etapa.

- a) Apresentação dos princípios e crenças basilares do órgão.
- b) Panorama dos desafios e oportunidades vigentes no setor.
- c) Exposição das forças e fraquezas valorizadas pelo órgão.
- d) Declaração da posição almejada pelo órgão no futuro.
- e) Descrição da razão de existência do órgão.

46. O planejamento estratégico é um processo que determina os objetivos estratégicos a serem alcançados no longo prazo, hierarquizando-os numa relação de causa e efeito a partir das perspectivas:

- a) da eficiência, eficácia, efetividade.
- b) de produção, recursos humanos, marketing e tecnologia.
- c) da definição da missão, visão e valores.
- d) financeira, cliente, processo interno e aprendizado e crescimento.
- e) estratégica, tática e gerencial.

47. A essência do papel do administrador é obter resultados pelo desempenho da equipe que coordena, com vistas à harmonização do trabalho executado, utilizando-se de mecanismos formais e informais, denominado:

- a) avaliação de resultados, aplicada aos níveis gerenciais, táticos e operacionais.
- b) correção de desvios, objetivando o atendimento de metas estratégicas.
- c) ajuste espontâneo, realizado de forma coordenada e voluntária entre os membros da organização.
- d) medição e correção do desempenho de subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos.
- e) comunicação, considerada, atualmente, a essência da atuação do administrador, exercida, precipuamente, no âmbito externo da organização.

48. Sobre motivação no ambiente de trabalho, considere:

- I. A teoria da hierarquia de necessidades criadas por Maslow é uma das teorias de motivação de conteúdo.
- II. A teoria da expectativa criada por Vroom considera que a motivação ocorre quando o indivíduo busca realização, poder e afiliação.
- III. Na teoria das necessidades adquiridas, McClelland afirma que as pessoas são motivadas quando acreditam que podem realizar as tarefas e que as recompensas advindas valem o esforço em realizá-las.
- IV. Objetivos atingíveis, porém difíceis, motivam os funcionários, essa é uma afirmação possível, dentro do escopo da teoria motivacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

49. No processo de comunicação interpessoal, alguns ruídos podem surgir dificultando o entendimento da mensagem nas organizações públicas, a exemplo daqueles provenientes do padrão burocrático de gestão, que para serem reduzidos é recomendável que:

- a) a organização invista em novas tecnologias de informação.
- b) a organização incentive os fluxos descendentes de informação
- c) a organização concentre o fluxo oficial pela rede intranet.
- d) a organização fortaleça os fluxos horizontais de informação
- e) a organização elimine os fluxos informais de informação.

50. Entre os diferentes tipos de decisões tomadas no âmbito de uma organização, existem aquelas classificadas pela literatura como “não programadas”, aplicáveis a situações:

- a) vivenciadas no dia a dia da organização, mas que demandam, para sua solução, a adoção de um processo intuitivo.
- b) não rotineiras, cuja resolução não é viável com a mera utilização do acervo de soluções disponíveis na organização.
- c) que não comportam uma solução individual, demandando um processo coletivo de construção de consenso.
- d) de grande impacto, porém que comportam solução com base em procedimentos sistematizados e já utilizados no âmbito da organização.
- e) exógenas à organização e que demandam, para sua solução, da intervenção de um agente externo.

51. O processo de gestão de desempenho envolve visa atender a objetividade na mensuração, a partir da definição de resultados e de acompanhamento. No entanto, alguns vícios de julgamento apontam para a subjetividade dos sistemas de avaliação, a exemplo do efeito de tendência central, que significa:

- a) Basear-se em acontecimentos recentes, mantendo um julgamento central nos aspectos do passado.
- b) Julgar sob a impressão de uma qualidade, mantendo um julgamento central nos aspectos comportamentais.
- c) Levar em conta características pessoais, mantendo-se neutro acerca dos aspectos profissionais.
- d) Julgar todos os aspectos sem se posicionar positivamente ou negativamente.
- e) Levar em conta uma característica do avaliado, julgando todos os demais fatores conforme acontecimentos recentes.

52. As competências individuais podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos que o indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto organizacional, agregando valor à organização e a si mesmo. Esse conceito destaca que a competência individual tem duas dimensões, a saber:

- a) habilidades e atitudes.
- b) entregas e desempenho.
- c) conhecimentos e habilidades.
- d) capacidades e entregas.
- e) valores e atitudes.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

53. O princípio orçamentário segundo o qual é vedada a vinculação de imposto a órgão, fundo ou despesa é

- a) o princípio da totalidade.
- b) o princípio da exclusividade.
- c) o princípio da não afetação da receita.
- d) o princípio da legalidade.
- e) o princípio da anterioridade tributária.

54. Sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a assertiva incorreta:

- a) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o PPA, a LDO e a LOA.
- b) De acordo com o texto constitucional, a Lei Orçamentária Anual é composta pelos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social.
- c) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- d) O projeto do PPA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- e) Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

55. A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. De acordo com a referida lei:

- a) Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas para planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- b) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- c) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços, bem como o *superávit* do Orçamento Corrente.
- d) As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão como dedução de receita orçamentária no orçamento da entidade obrigada a transferência e como receita no orçamento da que as deva receber.
- e) Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas Correntes.

56. O Poder Judiciário de um estado da federação decidiu criar uma nova carreira, com a consequente instituição de um novo Plano de Cargos e Salários. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, é requisito a ser cumprido para que essa despesa seja criada:

- a) apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e no subsequente.
- b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.
- c) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d) demonstração pelo proponente de que a despesa foi considerada na elaboração da lei orçamentária.
- e) comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais.

57. A autorização legislativa para a realização da despesa configura crédito orçamentário, o qual pode ser inicial ou adicional. Sobre a possibilidade de alterações orçamentárias durante a execução da LOA, é correto afirmar que:

- a) Os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do poder executivo, dependendo de autorização legislativa.
- b) Classificam-se como créditos especiais os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- c) Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são classificados como suplementares.
- d) A abertura de créditos adicionais especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis e deve ser precedida de exposição justificada.
- e) São exemplos de fontes de abertura de créditos adicionais o excesso de arrecadação, as operações de crédito e o saldo em caixa.

58. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversas regras e orientações acerca da Transparência, Controle e Fiscalização da gestão fiscal. Sobre o tema é correto afirmar que

- a) A transparência será assegurada, entre outras medidas, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em até 30 dias do acontecimentos, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- b) Os Estados e os Municípios encaminharão, até o dia 30 de abril, as suas contas ao Poder Executivo da União para fins de consolidação nacional e por esfera de governo.
- c) Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- d) Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos o Relatório da Gestão Fiscal, o qual conterá comparativo com os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, dos montantes relativos a receitas por fonte, despesas por grupo de natureza, receitas, por categoria econômica e fonte, despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa e despesas, por função e subfunção.
- e) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, excetuadas as versões simplificadas desses documentos.

59. A Lei de Responsabilidade Fiscal trata sobre a efetivação de destinação de recursos para o setor privado e para as transferências voluntárias. Sobre o tema, a alternativa que não se encontra de acordo com os preceitos da referida lei é:

- a) transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- b) a destinação de recursos ao setor privado deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- c) É requisito para o recebimento de transferência voluntária a comprovação, pelo ente beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, sendo prescindível a previsão orçamentária de contrapartida.
- d) Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.
- e) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

60. A Emenda Constitucional nº 126/2022 alterou os percentuais relativos às emendas individuais impositivas ao orçamento. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta:

- a) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55% da receita corrente líquida prevista para o exercício seguinte, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- b) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida prevista para o exercício seguinte, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- e) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista para o exercício seguinte, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
